

A IDENTIDADE DO PEDAGOGO NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO E DA DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Fernanda Beatriz Araujo Martins¹; Clécia Maria Lopes do Nascimento²

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória histórica da Pedagogia no Brasil e a constituição da identidade profissional do pedagogo, destacando os desafios enfrentados ao longo do tempo. Parte-se da compreensão de que, desde a chegada dos jesuítas ao território brasileiro, em 1549, considerados os primeiros responsáveis pela organização sistemática do ensino, a atuação pedagógica passou por profundas transformações, sem que, contudo, as funções do pedagogo fossem claramente definidas ao longo de grande parte desse percurso histórico. Buscou-se fazer uma breve síntese do que é a Pedagogia e do que é o pedagogo, visando compreender a importância de ambos para os indivíduos da sociedade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise histórica. Os resultados indicam que a identidade do pedagogo foi historicamente permeada por indefinições, desvalorização e disputas de campo profissional, o que reforça a necessidade de aprofundamento teórico e político sobre sua função social. Conclui-se que o fortalecimento da identidade profissional do pedagogo constitui condição essencial para a valorização da área educacional e para a consolidação de práticas pedagógicas socialmente reconhecidas e legitimadas.

Palavras-chave: Pedagogia; Identidade profissional; Desvalorização profissional; História da educação

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal propósito a análise da evolução da Pedagogia e dos desafios sofridos pelo profissional pedagogo e sua desvalorização durante a história da educação brasileira, que possui seu início com a chegada dos jesuítas. Esses desafios e desvalorização contribuíram de forma extrema, clara e inegável para a crise identitária sofrida por esses profissionais.

A contextualização da Pedagogia, nas comunidades tribais e como seu conceito foi desenvolvido com mais firmeza na antiga Grécia, e do que é o pedagogo, o elemento principal da pesquisa aqui apresentada, para que seja de mais fácil compreensão a importância do

¹ Acadêmica de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA Campus Ibiapaba, São Benedito-CE.
Email: fernanda04amartins@gmail.com

² Docente do curso de Pedagogia, Licenciada em Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia, Mestre em Sociologia.
Email: clecia_maria@uvanet.br

pedagogo e da pedagogia na sociedade. Após isso, também é resumidamente destrinchado a evolução da pedagogia, do pedagogo e dos desafios enfrentados por eles ao longo do tempo.

Nesse sentido, o tema abordado neste artigo é relevante para a formação de professores, mas especificamente os formados e formandos em Pedagogia, pois auxilia na compreensão de formação da identidade do pedagogo desde a gênese da história da educação brasileira. Entender esse contexto permite ao professor compreender que as dificuldades encontradas na docência atual são o resultado de situações políticas e sociais que surgiram há tempos. Dessa forma, analisar a valorização e a desvalorização do pedagogo auxilia no incentivo de uma formação mais crítica e consciente.

Neste contexto, surge a seguinte questão: quais aspectos históricos influenciaram a dispersão da identidade profissional dos pedagogos no Brasil? Parte-se da suposição de que alterações nas políticas educacionais, contínuas reformas curriculares e a expansão do escopo da atuação em Pedagogia contribuíram para a formação de uma identidade repleta de ambiguidades e sobreposições de papéis. Dessa forma, explorar essa trajetória histórica é essencial para entender os desafios contemporâneos da profissão e considerar alternativas para seu fortalecimento e reconhecimento.

Diante da problemática acima, este artigo tem como objetivo geral analisar, sob uma perspectiva histórica e compreensiva, o processo de constituição da identidade profissional do pedagogo no Brasil, evidenciando os fatores que contribuíram para sua fragmentação formativa e para os movimentos de desvalorização ao longo do tempo.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, empregando também a bibliografia e uma perspectiva histórica. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de obras, legislações e produções acadêmicas que abordam a trajetória da Pedagogia e a constituição da identidade profissional do pedagogo no Brasil.

Portanto, é necessário que o tema da valorização dos pedagogos seja sempre objeto de estudo, que neste trabalho foi realizado por meio da metodologia qualitativa e fundamentada em pesquisas bibliográficas e históricas, para que não caia no esquecimento. Para os autores a metodologia qualitativa é:

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as

peças compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (POPE; MAYS, 2005, p.13, grifos do autor).

Concomitante a isso, essa pesquisa é do tipo qualitativa e tem uma abordagem teórica. Foi desenvolvida com base em pesquisa bibliográfica e possui uma abordagem interpretativa. Isso significa que podemos entender melhor os fenômenos educacionais pelos significados construídos pelos sujeitos e pelo contexto histórico e social, em que tudo acontece, como Minayo (2001) defende. Se fundamenta também nas teorias de Marconi e Lakatos (2010), compreendendo a pesquisa bibliográfica como algo indispensável para que se possa analisar criticamente as produções científicas já consolidadas, para que assim seja possível refletir de forma consistente sobre o objeto de estudo.

2.1 Pedagogia na Antiguidade

A princípio, pode-se dizer que a pedagogia é a ciência da educação, um fenômeno particularmente humano, ciência essa que estuda o desenvolvimento da aprendizagem e do ensino, instrumento transformador de vidas e formador de personalidade. Busca também promover a reflexão e a geração de conhecimento. Essa ciência pode ser interpretada da seguinte maneira: “Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais.” (LIBÂNEO, 2001, p.6).

Porém, a pedagogia também pode ser vista e interpretada como um mecanismo da propagação e inserção da cultura dita como “erudita” no âmbito social a partir da infância, “em suma, pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita” (SAVIANI, 2001, p.20).

O pedagogo é o profissional que pratica a pedagogia, um especialista em educação e na formação de seres humanos, com uma vasta e necessária habilidade sobre as interações sociais e diversos conhecimentos docentes e humanísticos. Libâneo (2004) observa o pedagogo da seguinte maneira:

O pedagogo assume a tarefa de orientar a prática educativa de modos conscientes, intencionais, sistemáticos, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da prática social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas a humanização num determinado contexto histórico social. Junto a isso formula e desenvolve condições metodológicas e organizativas para viabilizar a atividade educativa nos âmbitos da escola e extra escola. (LIBÂNEO, 2004, p 135)

Ao longo da história o ato de ensinar e aprender obteve diversos modos distintos de se apresentar na sociedade, como por exemplo nas comunidades tribais, onde os conhecimentos, cultura e crenças eram igualitários e passados dos membros adultos aos mais jovens, as crianças aprendiam observando e reproduzindo as ações dos mais velhos, porque “a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da comunidade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral” (PONCE, 2010, p. 19).

Nesse sentido, foi na Grécia antiga que o conceito de pedagogia começou a manifestar-se devido às indagações da sociedade para além do religioso e do mítico, filósofos começaram a se preocupar com o repasse do conhecimento, o porquê ensinar e como ensinar de maneira correta. Lá foi criado o conceito de “Paideia”, que significa “educação para as crianças”, conceito esse que visava os ensinamentos políticos, culturais e sociais dos jovens gregos. Jaeger (1986) observa a Paideia como:

O conceito que originariamente designava apenas o processo da educação como tal, estendeu ao aspecto objetivo e de conteúdo a esfera do seu significado, exatamente como a palavra alemã Bildung (formação) ou a equivalente latina cultura, do processo da formação passaram a designar o ser formado e o próprio conteúdo da cultura, e por fim abarcaram, na totalidade, o mundo da cultura espiritual: o mundo em que nasce o homem individual, pelo simples fato de pertencer ao seu povo ou a um círculo social determinado. A construção histórica deste mundo atinge o seu apogeu quando se chega à ideia consciente da educação. Torna-se assim claro e natural o fato

de os Gregos, a partir do século IV, quando este conceito encontrou a sua cristalização definitiva, terem dado o nome de Paidéia a todas as formas e criações espirituais e ao tesouro completo da sua tradição... (JAEGER, 1986, p.245-246)

2.2 A educação jesuítica no Brasil

Em território brasileiro, a educação teve seu início com os povos indígenas, repassando seus conhecimentos de pai para filho, porém historicamente seu real início como Pedagogia se deu com a chegada dos jesuítas no ano de 1549, após a invasão das terras brasileiras pela coroa portuguesa, que buscava a exploração e colonização do território.

Com efeito, havia, ali, uma educação em ato, que se apoiava sobre três elementos básicos: a força da tradição, constituído como um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal. As ideias educacionais coincidiam, portanto, com a própria prática educativa, não havendo lugar para a mediação das ideias pedagógicas que supõem a necessidade de elaborar em pensamento as formas de intervenção na prática educativa. Nessas condições havia, pois, educação, mas não havia pedagogia (SAVIANI, 2013, p. 38-39).

Os inicianos faziam parte da Ordem Companhia de Jesus, e na Europa possuíam como objetivo o combate ao protestantismo que se alastrava rapidamente, porém no Brasil tinham como objetivo inicial e principal a transmissão das práticas e convenções europeias, com o objetivo claro de colonização, aos indígenas, logo eles viram a catequese dos índios como a principal promissora em auxiliar nesse objetivo, e então “afetivamente, a catequese começou no seio das tribos.” (AZEVEDO, 1976, p.371).

A estadia pedagógica dos jesuítas no Brasil perdurou por mais de dois séculos, e segundo Saviani (2013) ela pode ser dividida em duas partes, a primeira de 1549 a 1599, marcada principalmente pelo Plano de Instruções e a catequese, e a segunda de 1599 a 1759, marcada principalmente pela criação do Ratio Studiorum, instrumento que auxiliou na unificação pedagogia dos inicianos.

[...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente a formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro... Esse foi certamente o maior distintivo da proposta pedagógica da Companhia de Jesus. (MIRANDA, 2009, p.27).

Em 1759 os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras pelo Marquês de Pombal, esse acontecimento levou o Brasil a um abandono educacional, agravado pela escassez de docentes devidamente preparados para a disseminação da pedagogia e educação, pelo descaso governamental com os poucos profissionais pedagógicos que ainda existiam no Brasil, então observa-se que “O ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada.” (PILETTI, 1991, p.37).

No ano de 1808 a família real fugiu para o Brasil, e com a chegada deles também houve a chegada de implantações que podem ser consideradas revolucionárias para a educação no território brasileiro, como a criação da Faculdade de Medicina, e a Biblioteca Nacional. Também foram criadas as Escolas Normais, que possuíam o objetivo de formar professores capacitados para lecionar no ensino primário, porém com o passar dos anos essas escolas diminuíram consideravelmente e o ensino se tornou de qualidade ruim.

Os professores primários, escolhidos sem nenhum critério, leigos completamente sem preparo, eram pessimamente pagos, desconsiderados pelas autoridades e pela população e se afastavam do magistério, tão logo conseguiram um trabalho melhor... (HOLANDA, 1987, p.370).

Durante toda história os pedagogos tiveram seu trabalho desvalorizado, e no período do Império no Brasil não foi diferente, principalmente após as primeiras Universidades foram fundadas com os cursos de bacharelado em Medicina e Direito. Esses cursos eram considerados as únicas profissões de prestígio, o que segundo Holanda (1995) é o chamado “vício do bacharelismo”.

2.3 A fragmentação do curso de Pedagogia

Em 1920 a Escola Nova surgiu, foi fundada como uma reforma para a pedagogia tradicional que vinha sendo propagada no Brasil, no qual o conhecimento era transmitido aos alunos a partir de um “passo a passo” pré-determinado e imutável. Os pedagogos daquela

época se viram em uma nova e totalmente diferente forma de repasse de conhecimento, a qual, obviamente ainda não estavam familiarizados, e não houve nenhum apoio estatal para a inserção correta dos profissionais da educação nessa nova forma de ensino.

Pedir assim ao educador que tenha por centro de gravidade a própria criança, é nada menos que pedir-lhe que realize uma verdadeira revolução, se é verdade que até aqui, como vimos, o centro de gravidade sempre esteve situado fora dela. É esta revolução - exigência fundamental do movimento da educação nova - que Claparède compara à de Copérnico na astronomia, e que com tanta felicidade define nessas linhas: Os métodos e os programas a gravitar em torno da criança e, não, a criança a girar mal e mal em torno de um programa fixado fora dela, tal a revolução “copernicana” para a qual a psicologia convida o educador. (BLOCH, 1951, p.37).

O curso de pedagogia foi devidamente fundado no Brasil no ano de 1939, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ele foi dividido entre Bacharelado e Licenciatura. O Bacharelado possuía duração total de 3 anos enquanto o de Licenciatura possui duração total de 1 ano, essa forma de divisão curricular ficou conhecida como “3+1”.

O curso de Pedagogia foi instituído entre nós por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-lei nº 1190 de 4 de abril de 1939. Visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico (SILVA, 1999, p.34).

A fragmentação do curso dificultou o processo de formação dos educadores tendo em vista que os Bacharéis possuíam apenas a formação técnica da profissão não lhes possibilitando lecionar, enquanto os Licenciados possuíam apenas a formação necessária para ensinarem nas Escolas Novas e Secundárias. É apontado que, “o Bacharel em Pedagogia, sem a formação complementar do Curso de Didática, era conhecido como um ‘técnico em educação’, embora nunca houvesse sido definida de maneira precisa suas funções” (CHAVES, 1981, p.48).

A criação do curso de pedagogia almejava conseguir a unificação dos profissionais pedagogos, que se sentiam separados uns dos outros, porém a divisão da formação apenas agravou e acentuou mais ainda o sentimento já arcaico de “desprovimento de identidade” dos

professores, já que suas funções, tanto docentes como técnicas, não eram especificadas e sua atuação poderia acontecer em outros cursos.

Marcado por uma pseudo-identidade, passo a passo, o curso de Pedagogia foi ocupando lugar periférico no contexto das licenciaturas que já eram periféricas no elenco dos demais cursos superiores, porque percebidas como cursos de segunda categoria. Os professores mais bem preparados na universidade não se dedicavam ao curso de Pedagogia. (BRZEZINSKI, 1996, p.46).

Em 1945 surgiu a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém ela só foi aprovada no ano de 1961 (Lei nº 4.024), que exigia a formação mínima de professores e estabeleceu um currículo mínimo ao curso de pedagogia. A divisão do curso em Bacharelado e Licenciatura pôde ser dita como abolida, pois as duas ramificações foram unificadas, formando um tempo de curso de quatro anos.

2.4 Reformulações legais e identidade profissional

A partir da década de 1970 houve mobilizações para que o curso de Pedagogia e os pedagogos obtivessem o lecionamento como parte efetiva do curso e de sua profissão, na tentativa de deixar totalmente para trás o modelo de 3 anos de Bacharelado e 1 ano de Licenciatura, e em 1996 uma reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada, a que permanece até os dias de hoje, e que foi considerada detalhista, porém também foi criticada.

Em contraposição, o projeto aprovado foi criticado por ser vago demais, omissivo em pontos fundamentais e autoritário, não só por não ter sido precedido por debates, mas por privilegiar o Poder Executivo, dispensando as funções deliberativas de um Conselho Nacional composto por representantes do governo e da sociedade. (ARANHA, 2006, p.351-352).

As mobilizações continuaram, e no ano de 2006 foi admitida a Resolução CNE nº1, que garantia ao profissional pedagogo as possibilidades de praticar a docência, nos anos iniciais e no Ensino Fundamental, a gestão escolar, e a produção de conhecimento, porém não limita o pedagogo apenas a lecionar, essas foram conquistas importantes para a identidade do pedagogo, porém também sofreram críticas.

As habilitações visavam à formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo Curso de Pedagogia, então reestruturado exatamente para atender a essa demanda. (SAVIANI, 2007, p.120).

Atualmente, as políticas públicas alinhadas à formação e valorização de professores têm estado em evidência e ocupado um lugar importante na educação brasileira e nos debates sobre ela. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, mais conhecido como PIBID, é um exemplo dessas políticas e mostra um avanço, visto que permite formandos de licenciaturas se familiarizar com o contexto escolar mesmo antes da formação integral, ajudando na construção de sua identidade profissional e instigação à docência.

Mais recentemente, instituiu-se o programa Bolsa Mais Professores, que garante um incentivo mensal de R\$ 2.100,00 por até dois anos, para docentes atuarem na educação básica em áreas carentes de professores. Porém, apesar de essas políticas serem relevantes, elas revelam limitações, pois concentram seus empenhos no ingresso à profissão docente, sem atacar diretamente as raízes problemáticas que dificultam a permanência a longo prazo desses profissionais na carreira, como condições ruins de trabalho, salários baixos e a sobrecarga de trabalho.

Diante disso, percebemos que a jornada da identidade pedagógica no Brasil, sofreu com diversas dificuldades durante sua formação, dificuldades essas que começaram a ser percebidas quando os jesuítas foram expulsos do Brasil no ano de 1759, a educação ficou abandonada por um período, não houve profissionais docentes realmente capacitados para lecionar e praticar a pedagogia, e os poucos que existiam sofreram de uma intensa desvalorização de seu trabalho.

Com a vinda da família real para o Brasil não foi diferente, pois o "vício do bacharelismo", resultado da fundação de Universidades apenas voltadas para cursos de Bacharelado, agravou mais ainda a desvalorização dos pedagogos do país, visto que sua profissão não era considerada relevantes economicamente.

Os cursos de formação dos pedagogos foram fundados apenas em 1939, 390 anos após a chegada dos jesuítas ao Brasil, cursos esses que agravaram a crise identitária que os pedagogos viviam, pois não os unia, mas os separava entre "técnicos da educação" e capacitados para a docência em sala de aula, deixando-os assim cada vez mais ramificados, e apenas após anos de mobilização os pedagogos conseguiram sua unificação e uma melhor definição de suas atividades e de sua identidade, que constantemente era abandonada e desvalorizada.

Considerações finais

A análise que foi realizada ao longo do estudo nos permitiu compreender a complexidade da construção da identidade profissional do pedagogo no Brasil. Esse perfil foi estruturado durante acontecimentos políticos, sociais e educacionais que interferiram diretamente na forma como a área seria definida e consolidada. Desde os primeiros passos definidos da atividade ainda no período colônia, passando pelas várias reformulações na proposta curricular dos anos iniciais de formação, percebe-se que uma série de medidas, mesmo que tenham possibilitado uma ampliação da amplitude de atuação, também permitiam o surgimento de processos de fragmentação formativa e de identidade profissional.

Neste trabalho, por meio da metodologia qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e histórica, foi proposto entender a precarização sofrida pelo profissional pedagogo durante a história da educação, percebendo como essa desvalorização afeta a identidade desse profissional até os dias atuais que constantemente precisam se reafirmar para a sociedade e no mercado de trabalho.

Dessa forma, é notório a desvalorização do pedagogo não se deve apenas a fatores relacionados a vencimentos ou instituições, mas a uma trajetória marcada por disputas sobre o que realmente é a Pedagogia e qual é a posição desse profissional no sistema educacional. A falta de definições claras sobre suas funções por períodos prolongados ajudou a formar uma identidade repleta de incertezas e sobreposições de papéis.

Chega-se à conclusão de que fortalecer a identidade do pedagogo requer não apenas um reconhecimento histórico de sua trajetória, mas também a implementação de políticas que

promovam uma formação robusta, uma definição clara de responsabilidades e a valorização da profissão. Entender os elementos que levaram à sua fragmentação é um passo essencial para consolidar uma identidade profissional mais clara, com reconhecimento social e em sintonia com as exigências educacionais atuais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, T. Catequese e aculturação. In: SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. p. 365-384.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas, SP: Papirus, 1996

CHAVES, E. O. C. O curso de Pedagogia: um breve histórico e um resumo da situação atual. In: Cadernos do CEDES. **A formação do educador em debate**. São Paulo, 1981. p. 47-69.

HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. v. 4. O Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. <https://www.scielo.br/j/cp/a/6MYP7j6S9R3pKLXHq78tTvj/?lang=pt>. Acesso em: 23. abr. 2023.

JAEGER, W. **Paidéia : a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MIRANDA, M. **Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia da Jesus**. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

PILETTI, C. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PONCE, A. **Educação e Luta de classes**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 130, 2007.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

